

HABEAS CORPUS Nº 548.153 - RJ (2019/0354603-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : ALINE MICHELE DE BRITO LIMA E OUTROS
ADVOGADOS : ALAN MACABU ARAÚJO - RJ059040
ALINE MICHELE DE BRITO LIMA - RJ214052
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : NELSON SILVA FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de NELSON SILVA FILHO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou o *writ* na origem, conforme a seguinte ementa (fls. 108/109):

HABEAS CORPUS. Paciente denunciado, juntamente com três corréus, por suposta prática do crime de homicídio qualificado – art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal. De acordo com a denúncia, no dia 27/04/2018, os corréus Felipe e Hygor efetuaram disparos de arma de fogo contra a vítima Robson, os quais foram a causa de sua morte. Ainda segundo a inicial acusatória, o crime de homicídio foi cometido mediante paga, uma vez que os denunciados Felipe e Hygor mataram a vítima a mando do Paciente e da corré Vera, mediante pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), além de 6.000,00 (seis mil reais) que fora arrebatado da vítima por ocasião da execução. Prisão temporária decretada em 22/05/2018. Por ocasião do recebimento da denúncia, em 20/07/2018, a autoridade impetrada decretou a prisão preventiva do Paciente e dos corréus. Os Impetrantes buscam a concessão da ordem, para que a prisão do Paciente seja relaxada/revogada, ao argumento, em síntese, de que não estão presentes os requisitos autorizadores da mesma, além dis so, alegam excesso de prazo no deslinde do processo. Ausência de ilegalidade da prisão por excesso de prazo. A ação penal não esteve paralisada em nenhum momento. Em 28/06/2019, o Paciente foi pronunciado nos termos da denúncia e sua custódia cautelar restou mantida. Não se verifica qualquer desídia do Juízo de Primeiro Grau, sendo certo que eventual demora no desenrolar da ação penal está plenamente justificada, e também se encontra superada diante do encerramento da fase instrutória e da decisão de pronúncia, nos termos do enunciado nº 21 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Pleito de revogação da custódia cautelar que não prospera. Configurado o *fumus comissi delicti*, porquanto presentes a materialidade e os indícios suficientes de autoria do Paciente. Evidente o *periculum libertatis*.

Necessidade da segregação cautelar para garantia da ordem pública. O decreto prisional e demais decisões de indeferimento da liberdade estão suficientemente fundamentados nos elementos do caso concreto, e apresentam justificativas razoáveis para a manutenção da prisão, valendo destacar as graves

circunstâncias do delito imputado ao acusado. As condições pessoais do Paciente, como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não tem o condão, por si só, de afastar a necessidade da cautela extrema. Nestes termos, eventual aplicação de qualquer das medidas cautelares alternativas insertas no art. 319 do Código de Processo Penal não seriam suficientes no caso dos autos. Constrangimento ilegal inexistente. ORDEM DENEGADA.

O paciente foi pronunciado pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, argumentando a ocorrência de excesso de prazo e a ausência dos requisitos autorizadores dessa segregação cautelar, ou a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Na origem, processo n. 0005146-80.2018.8.19.0068, foi designada sessão de julgamento do Tribunal do Júri para o dia 5/3/2020, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis no *site* do Tribunal *a quo* em 28/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

No tocante ao excesso de prazo, é imprescindível ressaltar que, com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

Consta da denúncia (fls. 53/54):

No dia 27 de abril de 2018, por volta das 05h e 30 min em via pública, precisamente na Rua São Judas Tadeu, esquina com Rua Madre, Bairro Village, nesta comarca, os denunciados FELIPE HENRIQUE DA LIMA CRUZ e HYGOR SANTANA TEIXEIRA, em comunhão de ação e desígnios com os

denunciados NELSON SILVA FILHO e VERA LÚCIA CABRAL SILVA, de forma livre consciente e voluntária com inequívoco dolo de matar efetuaram disparos de arma de fogo contra a vítima Robson Alves de Oliveira, os quais, por sua natureza e sede, foram a causa única e eficiente de sua morte, conforme atestam Laudo de Exame de Corpo de Delito Necropsia as fls. 59/61 e Laudo Necropapiloscópico de fls. 62/63.

A vítima Robson Alves de Oliveira foi alvejada enquanto saía de casa, por disparos de arma de fogo efetuado pelos denunciados FELIPE e HYGOR, os quais estavam em uma motocicleta, após os mesmos terem subtraído alguns bens da vítima, dentre eles um cordão de ouro, avaliado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

O crime de homicídio foi cometido mediante paga uma vez que os denunciados FELIPE e HYGOR, mataram a vítima a mando dos denunciados NELSON e VERA, recebendo o pagamento de R\$ 800,00 (oitocentos reais) em espécie na hora e o restante R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) seriam pagos em 10/05/2018, estando incluído no pagamento o próprio cordão da vítima, que fora arrebatado do mesmo por ocasião da execução.

Ademais, a premeditada empreitada criminoso foi praticada mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima, pois os denunciados FELIPE e HYGOR surpreenderam a vítima, com disparos de arma de fogo de inopino, os quais o atingiram e o mataram.

Desse modo, sendo objetiva e subjetivamente típicas as condutas descritas, e não havendo qualquer excludente da ilicitude ou da culpabilidade a ser considerada, estão os denunciados incursos nas sanções penais do artigo 121, §2º, incisos I e IV.

Pelo exposto, requer o Ministério Público o recebimento da presente denúncia, com a consequente citação dos denunciados para se defenderem da presente imputação bem como seja julgada admissível a acusação, com a ulterior pronúncia dos denunciados e seus encaminhamentos a julgamento perante o Tribunal do Júri, onde deverão ser condenados, nas penas da lei.

A decisão de prisão foi assim disposta (fl. 59/60):

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO com base no Inquérito Policial 128-01985/2018 da 128ª DP, ofereceu denúncia contra FELIPE HENRIQUE DA LIMA CRUZ, HYGOR SANTANA TEIXEIRA, NELSON SILVA FILHO, VERA LUCIA CABRAL SILVA, dando-os como incurso nas penas dos art. 121, §2º, I e IV do Código Penal.
2. Pugna pela decretação da prisão preventiva dos réus.
3. A denúncia é de ser recebida.
4. Com efeito, estão demonstrados pelas declarações de fls.05/06,11/13,19/33,36,41/42,52/54,56,155/156,161/162,363/381 e pelos laudos de fls. 59/61 e 63, o necessário para se concluir pela aceitação do ato acusatório.
5. Além disso, a denúncia descreve o fato criminoso circunstanciadamente,

qualifica os acusados, classifica a infração penal e apresenta o rol de testemunhas, cumprindo a exigência do art. 41 do CPP.

6. Também, pelo menos preambularmente, não se verifica qualquer vício processual capaz de por em xeque a regular instauração da relação jurídica processual.

7. Portanto, RECEBE-SE A DENÚNCIA.

8. Dando prosseguimento, convém nesse momento analisar o PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PREVENTIVA formulado pelo R.M.P. na cota de fls. 385/386.

9. Em síntese, alega que o 'fumus comissi delicti' encontra-se configurado, diante das provas colhidas durante a investigação, e que há necessidade do cárcere cautelar para se resguardar a ordem pública, a aplicação da lei penal e garantir a instrução.

10. Para o decreto da prisão preventiva é necessário o exame dos seus pressupostos. Primeiramente, verifica-se que o delito supostamente praticado pelo flagrado comina pena máxima superior a 04 anos, atendendo ao disposto no art. 313, I do CPP. Depois, se vê que também está configurado o 'fumus comissi delicti', conforme apontam as declarações de fls. 05/06,11/13,19/33,36,41/42,52/54,56,155/156,161/162,363/381 e pelos laudos de fls. 59/61 e 63. **Por fim, é de se notar que igualmente o 'periculum libertatis' revela-se configurado, já que, diante do 'modus operandi' dos fatos relatados na denúncia, tem-se que os acusados representam perigo à ordem pública.**

11. Além disso, a hipótese, diante do que estabelece os incisos I e II do art. 282 do CPP, não recomenda a imposição das medidas cautelares.

12. Sendo assim, impõe-se o decreto cautelar.

13. Portanto, diante de todo exposto, DECRETA-SE A PRISÃO PREVENTIVA dos denunciados FELIPE HENRIQUE DA LIMA CRUZ, HYGOR SANTANA TEIXEIRA, NELSON SILVA FILHO e VERA LUCIA CABRAL SILVA.

14. Expeçam-se mandados de prisão com data de validade para 20/07/2038.

15. Citem-se os denunciados a fim de responderem às acusações, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado ou manifestarem, desde já, a vontade de serem patrocinados pela Defensoria Pública, sendo-lhes entregues cópias da denúncia.

16. Deverão os acusados ser cientificados também que, na hipótese de manifestarem a vontade de serem defendidos por advogado e, transcorrido 'in albis' o prazo mencionado, ser-lhe-ão nomeado Defensor Público para patrocinar suas defesas.

17. Defere-se a cota ministerial de fls. 385.

18. Ciência ao MP.

Como se vê, consta da decisão de prisão fundamentação concreta, evidenciada na periculosidade dos réus, ante o *modus operandi* empregado na

prática delituosa, o que, neste juízo liminar, constitui base empírica idônea para determinar a custódia.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, tornando-se necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator